Câmara Municipal de Ipiguá

CNPJ (MF) 01.658.010/0001-81
Rua do Comércio, 530 - Fone/Fax: (17) 3269-1240 - CEP 15108-000 - Ipiguá - SP

PROTOCOLO
N.º 017 07/03/2025
CÂMARA MUNICIPAL
IPIGUÁ
FUNCIONÁRIA

INDICAÇÃO N.º 04/2025.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

O Vereador **EMILIO ANTONIO DE OLIVEIRA – PSB,** no uso de suas legais e regimentais atribuições (art. 119), em atenção à função constitucional de assessoramento na administração do Município, que à Câmara Municipal é imposta, vem perante Vossa Excelência apresentar esta **INDICAÇÃO**, com o objetivo de sugerir à Administração Municipal, a adoção da seguinte medida político administrativa de interesse da comunidade: - **para que o executivo através dos órgãos competentes faça um projeto de lei isentando o pagamento do IPTU aos aposentados homens 60 anos e mulheres 55 anos, que percebam até dois salários mínimos mensais e que possuem único lote urbano e que se destine exclusivamente para moradia própria.**

JUSTIFICATIVA

Com o objetivo de expor a importância e relevância da medida presente, sugerida ao Poder Executivo, passo a expor os motivos pelos quais entendo a mesma necessária:

A presente proposição objetiva que os aposentados carentes, que possuam somente um imóvel em nossa cidade, adquiram o direito à isenção do Imposto Territorial Urbano, desde que comprovem uma renda mensal igual ou inferior a dois salários mínimos.

Num país que começa a resgatar os direitos da pessoa idosa, é imprescindível que se assegure aos idosos, o direito à moradia digna, sem que precisem desfazer-se dos seus imóveis para arcar com seus impostos.

Portanto, o objetivo desta indicação é auxiliar os idosos, assegurando-lhes esta isenção, que não afetará substancialmente as receitas de nosso município, muito pelo contrário, demonstrará o respeito pelos idosos sem muitas condições financeiras.



Assim, diante dos fatos e motivos ora apresentados, bem como a importância da medida, o Vereador signatário requer seja remetida, após a devida tramitação regimental, a presente indicação ao seu destinatário, para que suas finalidades sejam realizadas.

Segue em anexo alguns modelos de legislação desta jaez.

Sala de Sessões, Ipiguá-SP, 07 de março de 2025.

Emilio Antonio de Oliveira.

EMILIO ANTONIO DE OLIVEIRA - PSB
Vereador

CAMARA MUNICIPAL DE IPIGUA
APROVADO EM 10 / 03 / 2025
POR Unanimidade VOTOS FAVORAVEIS
VOTOS CONTRARIOS
EM Única DISCUSSÃO
PRESIDENTE

PREFEITURA DE SÃO PAULO

LEI Nº 11.614 DE 13 DE JULHO DE 1994

▸REGULAMENTAÇÕES ▸ALTERAÇÕES ▸CORRELAÇÕES ▸TEMAS RELACIONADOS

Concede isençao do Imposto Predial e Territorial Urbano, das Taxas de Conservaçao de Vias e Logradouros Publicos, de Limpeza Publica e de Combate a Sinistros incidentes sobre imovel integrante do patrimonio de aposentados, pensionistas e beneficiarios de renda mensal vitalicia, e da outras providencias.

LEI Nº 11.614/1994

Concede isençao do Imposto Predial e Territorial Urbano, das Taxas de Conservaçao de Vias e Logradouros Publicos, de Limpeza Publica e de Combate a Sinistros incidentes sobre imovel integrante do patrimonio de aposentados, pensionistas e beneficiarios de renda mensal vitalicia, e da outras providencias.

Paulo Maluf, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de junho de 1994, decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica isento do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU o imóvel integrante do patrimônio do aposentado ou pensionista, bem como de beneficiário de renda mensal vitalícia paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e de beneficiário do Programa de Amparo Social ao Idoso, criado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, ou outro programa que venha a substituí-lo, cujo valor venal, na data do fato gerador do imposto, seja igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), na seguinte proporção:(Redação dada pela Lei nº 15.889/2013)

I - 100% (cem por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for de até 3 (três) salários mínimos;(Incluído pela Lei nº 15.889/2013)

II - 50% (cinquenta por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for maior que 3 (três) e até 4 (quatro) salários mínimos;(Incluído pela Lei nº 15.889/2013)

III - 30% (trinta por cento), quando o valor bruto recebido pelo interessado for maior que 4 (quatro) e até 5 (cinco) salários mínimos.(Incluído pela Lei nº 15.889/2013)

§ 1º O valor bruto recebido pelo interessado refere-se ao do mês de janeiro do exercício de incidência do IPTU.(Incluído pela Lei nº 15.889/2013)

§ 2º A importância fixa prevista no "caput" deste artigo será atualizada na forma do disposto no art. 2º da Lei nº 13.105, de 29 de dezembro de 2000. (Redação dada pela Lei nº 15.889/2013)

Art. 2º A isenção de que cuida o art. 1º desta lei dependerá de requerimento, na forma, prazo e condições que dispuser o regulamento, onde o interessado deverá comprovar que:(Redação dada pela Lei nº 15.889/2013)

I - não possui outro imóvel, neste ou em qualquer outro município do país;(Redação dada pela Lei nº 17.719/2021 - **Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022 ou 90 (noventa) dias após a publicação da Lei nº 17.719/2021, o que ocorrer por último.**)

II - utiliza efetivamente o imóvel como sua residência;(Redação dada pela Lei nº 17.719/2021 - **Vigência: a partir de 1º de janeiro de 2022 ou 90 (noventa) dias após a publicação da Lei nº 17.719/2021, o que ocorrer por último.**)

III - recebeu, relativo ao mês de janeiro do exercício de incidência do IPTU, valor bruto de até 5 (cinco) salários mínimos.(Redação dada pela Lei nº 15.889/2013)

Art. 3º A isenção prevista nesta lei não exonera o beneficiário do cumprimento das obrigações acessórias a que está sujeito.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 11.308, de 17 de dezembro de 1992, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de janeiro de 1994.

Prefeitura do Município de São Paulo, 13 de julho de 1994, 441º da fundação de São Paulo.

PAULO MALUF
Prefeito

José Altino Machado, Secretário dos Negócios Jurídicos

Celso Roberto Pitta do Nascimento, Secretário das Finanças

Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 13 de julho de 1994.

Edevaldo Alves da Silva, Secretário do Governo Municipal

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo

Alterações

1. Lei nº 13.776/04 - Altera o artigo 1 da Lei;
2. Lei nº 15.889/13 - Altera os artigos 1 e 2 da Lei;

3. Lei nº 17.719/2021- Altera o artigo 2 da Lei;

Correlações

DECRETO Nº 48.865 DE 25 DE OUTUBRO DE 2007
LEI Nº 11.914 DE 18 DE OUTUBRO DE 1995

Temas Relacionados

Tributos
Urbanismo e Licenciamento - SMUL
Tributos
Programas Municipais
Tributos
Urbanismo e Licenciamento - SMUL
Tributos
Iluminação Pública
Programas Municipais
Auto de Infração
Inovação e Tecnologia - SMIT
Controladoria Geral do Município - CGM
Microempreendedor Individual - MEI
Programas Municipais
Direitos dos Usuários do Serviço Público
Tributos
Microempreendedor Individual - MEI
Tributos
Anúncios e Publicidade
Direitos do Consumidor - Legislação
Segurança Alimentar e Nutricional
Vigilância Sanitária
Reciclagem
Licitações e Contratos
Obras e Edificações
Urbanismo e Licenciamento - SMUL
Programas Municipais
Tributos
Auto de Infração
Esporte - Lazer e Recreação
Microempreendedor Individual - MEI
Auto de Infração
Comércio
Auto de Infração
Microempreendedor Individual - MEI
Tributos
Programas Municipais

SP 156 PORTAL DE ATENDIMENTO PREFEITURA DE SÃO PAULO

Informações sobre IPTU - Solicitar isenção para aposentados e pensionistas

O QUE É

É o pedido de isenção total ou parcial de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) para imóvel de pessoa aposentada ou pensionista, bem como de beneficiária de renda mensal vitalícia pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e de beneficiária do Programa de Amparo Social ao Idoso (LOAS).

Caso a solicitação de isenção seja aprovada, ela é concedida da seguinte forma:

- 100% quando o valor bruto recebido pela pessoa interessada for de até três salários mínimos;

- 50% quando o valor bruto recebido pela pessoa interessada for maior que três e até quatro salários mínimos;

- 30% quando o valor bruto recebido pela pessoa interessada for maior que quatro e até cinco salários mínimos.

QUANDO SOLICITAR

Até o último dia útil do exercício ao qual se deseja isenção.

PÚBLICO-ALVO

Pessoas aposentadas, pensionistas ou beneficiárias de renda mensal vitalícia junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) que sejam proprietárias ou possuidoras de imóveis no município de São Paulo e que se enquadrem cumulativamente nos seguintes requisitos:

- Ser aposentada, pensionista ou beneficiária de renda mensal vitalícia;

- Não possuir outro imóvel no município;

- Utilizar o seu único imóvel como residência;

- Rendimento mensal que não ultrapasse três salários mínimos no exercício a que se refere o pedido, para isenção total;

- Rendimento mensal entre três e cinco salários mínimos no exercício a que se refere o pedido, para isenção parcial;

- O imóvel deve fazer parte do patrimônio da pessoa solicitante;

- O valor venal do imóvel de até R$ 1.507.616,00.

REQUISITOS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES

Documentos a serem **entregues** para solicitação:

- Se houver "não-aceite" pelo Sistema de Isenção de IPTU para Aposentados (SIIA), "Resultado do processamento eletrônico do requerimento de isenção" obtido por meio do aplicativo SIIA – uma cópia

- Notificação de lançamento do IPTU – uma cópia;

- Documento de propriedade do imóvel - matrícula, escritura, contrato de compra e venda com firma reconhecida, ou qualquer outro documento que demonstre que o imóvel faz parte de seu patrimônio - original e cópia simples ou apenas uma cópia autenticada;

- Procuração devidamente assinada e com firma reconhecida quando a pessoa solicitante não for a proprietária – original e cópia simples ou apenas uma cópia autenticada;

- Comprovante de rendimento referente ao mês base janeiro do exercício que se pleiteia (com valor e tipo do benefício);

- Comprovante de residência em nome da pessoa solicitante referente ao mês base janeiro do exercício que se pleiteia;

- Planta ou croqui com quadro de áreas e a indicação do número do prédio, quando há mais de uma residência no local ou parte do imóvel é tributado como comercial (constar área ocupada pela pessoa aposentada ou pensionista, e as demais áreas sendo ocupação de terceiros ou alugada com respectiva documentação declaratória - contrato de locação, etc.);

- Plantas em tamanho superior ao A4 (297mm x 420mm) devem ser apresentadas em formato digital, arquivo PDF;

- Cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRPF) referente ao exercício do qual se pleiteia a isenção ou a última transmitida à Receita Federal do Brasil, caso ainda não tenha sido esgotado o prazo de entrega;

Documentos a serem **apresentados** para solicitação:

- Documento oficial de identificação com foto, para conferência da assinatura do formulário – original.

Informações necessárias para solicitação:

- Somente após o "não aceite" do pedido feito pelo formulário eletrônico é que os documentos acima são necessários para dar entrada no pedido via processo administrativo. Em caso de dúvidas no preenchimento do formulário do SIIA, consulte o Manual de Utilização (link direciona para portal externo).

Observação: todos os documentos apresentados pelo contribuinte são digitalizados e devolvidos durante o atendimento presencial.

PRAZO MÁXIMO

Até 360 dias corridos.

TAXAS OU PREÇO PÚBLICO

Gratuito.

CANAIS PARA SOLICITAR

Eletrônico:

- Sistema de Isenção de IPTU para Aposentados - SIIA (link direciona para portal do SIIA);

Para solicitar a isenção para aposentados de forma online, é necessário ter uma Senha Web cadastrada e desbloqueada. Acesse mais informações sobre a Senha Web (link direciona para portal externo).

Presencial:

O resultado "Não Aceito" significa que não foi possível a concessão de isenção por meio do requerimento, podendo a pessoa solicitante apresentar pedido de isenção presencialmente, por meio de processo administrativo, em algum dos seguintes canais de atendimento da Prefeitura:

- Centro de Atendimento da Fazenda Municipal (CAF) - Praça do Patriarca, 69 - Centro – Atendimento de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h (link externo pra mapa do Centro de Atendimento da Fazenda Municipal - CAF). É necessário agendamento prévio, clique aqui para fazer o seu agendamento (link direciona par portal externo).

- Praças de Atendimento das Subprefeituras (endereços das praças de atendimento das Subprefeituras);

- Descomplica SP – Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h (endereços de atendimendo do Descomplica SP). Atendimento mediante agendamento, clique aqui para fazer seu agendamento (link direciona para portal externo).

PRINCIPAIS ETAPAS

Eletrônico:

1) Acessar o Sistema de Isenção de IPTU para Aposentados - SIIA (link direciona para portal do SIIA);

2) Preencher e enviar o formulário pelo interessado ao serviço;

3) Acompanhar o andamento da solicitação consultando o SIIA.

Presencial:

1) Solicitar o serviço em algum dos canais de atendimento;

2) Entregar os documentos necessários;

3) Acompanhar o andamento da solicitação pelo processo eletrônico SEI (link direciona para portal SEI);

4) Consultar o resultado da análise do processo por meio do Diário Oficial do Município (link direciona para portal do Diário Oficial).

LEGISLAÇÃO

Lei Municipal nº 17.719, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2021 (link direciona para portal externo);

Lei Municipal nº 11.614/94 (link direciona para portal externo);

Lei Municipal nº 15.889/13 (link direciona para portal externo);

Instrução Normativa SF/SUREM nº 15/2014 (link direciona para portal externo).

OBSERVAÇÕES

- Caso o nome da pessoa aposentada/pensionista/beneficiária não conste no Cadastro Imobiliário Fiscal (CIF) em relação ao imóvel solicitado, é obrigatório fazer a atualização de dados cadastrais – dados nominais (recadastramento) e aguardar a inclusão no CIF, para então efetuar a solicitação desta isenção.

- Recomenda-se especial atenção ao campo chamado Código de Imunidades, Isenções e Incentivos (CIII). Para consultar o CIII observe atentamente a Notificação de Lançamento (o carnê do IPTU que você recebeu em sua residência) ou consulte o "Entenda cada campo do seu IPTU" (link direciona para portal externo).

- CIII significa Código de Imunidades, Isenções e Incentivos. Trata-se de um código de utilização interna pela Prefeitura para a administração do Imposto. Este código serve para a Prefeitura identificar eventual benefício que determinado imóvel possua.

- Caso você atenda aos requisitos de isenção e apareça algum código nesse campo de CIII, é necessário o atendimento presencial para orientações específicas.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL

Secretaria Municipal da Fazenda – SF

MANIFESTAÇÃO SOBRE O SERVIÇO

Para registrar uma reclamação, denúncia, elogio ou sugestão sobre a prestação deste serviço, entre em contato com a *Ouvidoria Geral do Município (OGM)*:

- Fazer uma denúncia na Ouvidoria Geral do Município;

- Fazer um elogio na Ouvidoria Geral do Município;

- Fazer uma sugestão na Ouvidoria Geral do Município;

- Fazer uma reclamação na Ouvidoria Geral do Município.

Criado em: 19/09/2016

Atualizado em: 11/06/2024

Data de impressão: 10/03/2025 15:24:34

PROJETO DE LEI Nº 013 DE 19 DE MAIO DE 2022

INSTITUI O PROGRAMA "IPTU SOCIAL" E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER ISENÇÃO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), PARA AS PESSOAS DE BAIXA RENDA CADASTRADAS NO CADASTRO ÚNICO DO GOVERNO FEDERAL. E PARA OS APOSENTADOS, PENSIONISTAS, MORADORES QUE RECEBEM RENDA MENSAL VITALÍCIA E AMPARO SOCIAL, (LOAS) LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Os VEREADORES, da Câmara Municipal de Praia Grande Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, apresentam a Câmara Municipal de Vereadores, para apreciação, o presente Projeto de Lei:

Art. 1º Fica isento de pagamento do IPTU as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, idosos (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS), que tenham renda de até dois salários mínimos, que residem no imóvel há 04 (anos) ininterruptos e que sejam proprietário de um único imóvel nas proporções de:

I – 100% de desconto sobre o imposto para as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, idoso (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS); e

II – o tamanho do terreno para solicitar a isenção do IPTU, para as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, os proprietários de um único imóvel, que seja idosos (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS), que tenha renda de até dois salários mínimos e que residem no imóvel há 04 (anos) ininterruptos. A metragem do terreno não poderá ser maior que Quatrocentos e Cinquenta Metros Quadrados (450 m²), e a metragem da casa não poderá ser maior que Cem Metros Quadrados (100m²).

Art. 2º O imóvel a que se refere o artigo anterior deverá ser

unifamiliar, ou seja, o proprietário beneficiado pela presente Lei deverá residir no imóvel.

Parágrafo único. Poderá a autoridade fazendária (Departamento de Tributos) exigir a comprovação de residência das pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, do idoso (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social beneficiados pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, para fins de concessão da isenção.

Art. 3º Para ter direito à isenção, as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, o idoso (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS), deverão comprovar a regularidade no pagamento do IPTU dos exercícios anteriores.

Parágrafo único. A isenção poderá ser concedida, as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, ao idoso (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS), em débito com os cofres públicos, desde que seja solicitado o parcelamento do débito anterior existente, junto ao Departamento de Tributos ou do setor de Administração e Finanças, nas seguintes condições:

a) redução de 100% (cem por cento) de juros e multa, no caso de pagamento em cota única; e

b) redução de 50% (cinquenta por cento) de juros e multa, no caso de pagamento em até 10 (dez) parcelas.

Art. 4º Para que seja beneficiado com a presente Lei, será necessária a comprovação de seus rendimentos, comprovação da condição de baixa renda, além do efetivo cadastro no Cadastro Único do Governo Federal, comprovante de recebimento de aposentadoria, pensão ou benefício assistencial pelo INSS ou declaração de imposto de renda. Para comprovação do imóvel, documentos como: escritura, contrato, termos de doação, termo de posse, matrícula (ou documento equivalente).

Art. 5º O pedido de isenção deverá ser formulado todos os anos até o dia 30 de novembro, por meio de requerimento protocolado junto a Departamento de Tributos ou do setor de Administração e Finanças do Município, devendo ser anexado qualquer um dos documentos comprobatório de renda e documentos de comprovação do imóvel conforme citados no artigo anterior.

Parágrafo único. Para que seja beneficiado com a presente Lei, neste ano de 2022, as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, o idoso (acima de 60 anos) pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS), deverão apresentar até dia 31 de agosto de 2022, requerimento (que estará disponível no site da prefeitura) protocolado junto ao Departamento de Tributos do Município, devendo ser anexado os documentos comprobatório citado no art. 4º.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, aposentados e pensionistas neste ano conforme o Parágrafo único do art. 5º e para os próximos anos deverá incluir o que se pede a Lei:

I - incluir o Programa "IPTU SOCIAL" nas leis orçamentárias, sobretudo, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, constando:

a) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita em face dos descontos concedidos;

b)medidas compensatórias suficientes, como redução de despesas ou aumento de receita; e

c)estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.

II – aprove a isenção do IPTU mediante a efetiva comprovação da condição de baixa renda, além do efetivo cadastro no Cadastro Único do Governo Federal. Os idosos (acima de 60 anos), pensionistas, moradores que recebem renda mensal vitalícia e amparo social (LOAS) precisaram apresentar comprovante de recebimento de aposentadoria, pensão ou benefício assistencial pelo INSS ou declaração de imposto de renda:

a) o benefício tributário poderá ser estendido ao contribuinte que comprovar a mencionada condição de baixa renda anualmente, nos termos de regulamentação própria do Poder Executivo; e

b) o benefício tributário poderá ser escalonado e gradativo, de acordo com critérios fixados pelo Poder Executivo em regulamento próprio.

Art. 7º Os documentos para comprovação da metragem do terreno e

da casa a qual se refere o art. 1º. inciso II deverá ser requerido no Setor de Planejamento do Município.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Praia Grande/SC, 19 de maio de 2022.

Silvia Regina Teixeira Christovão
Vereadora

Luiz Aurélio Santos da Silva
Vereador

MENSAGEM AO PROJETO DE LEI Nº 013 DE MAIO DE 2022

Nobres colegas vereadores!

O projeto de Lei nº 02/2022, destina-se a conceder a isenção do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), imposto de competência municipal, ao imóvel do aposentado, pensionista, bem como de beneficiário de renda mensal vitalícia paga pelo Instituto Nacional de Seguridade Social e de beneficiário do Programa de Amparo Social ao Idoso, criado pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, ou outro programa que venha a substituí-lo. Assim como para as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal.

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU em diversas localidades do país, possui custo elevado, devendo o Município, através de seus legisladores, demonstrar a devida preocupação com os munícipes aposentados ou pensionistas e as pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, que possuem imóveis e com os que nunca tiveram a oportunidade de adquirir imóvel próprio. A estas condições peculiares e, igualmente, pelas dificuldades financeiras que estes aposentados ou pensionistas e pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal têm de enfrentar, o pagamento do IPTU configura mais uma despesa para estes munícipes que já tem de arcar com os custos diários como: alimentação, energia, saúde entre outros.

Portanto, entendemos que é dever do Município amparar toda a população nele residente, vindo este Projeto de Lei cumprir esta função social, concedendo o direito de isenção aos aposentados, pensionistas e pessoas de baixa renda cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, que possuem um imóvel próprio. Ante o exposto, considerando justificadas as razões desta iniciativa e evidenciado o relevante interesse público que ampara a medida, solicito a colaboração dos nobres vereadores desta Casa para aprovação da presente propositura.

Câmara Municipal, 19 de maio de 2022

Silvia Regina Teixeira Christovão
Vereadora

Luiz Aurélio Santos da Silva
Vereador